

Título: **Metamorfoses da cidade medieval. A coexistência entre a comunidade judaica e a catedral de Viseu.**

Autor(es): **Anísio Miguel de Sousa Saraiva**

Enquadramento Institucional: **Universidade de Coimbra; Centro de História da Sociedade e da Cultura; Centro de Estudos de História Religiosa**

Contacto: **anísio@sapo.pt**

Fonte: *Medievalista* [Em linha]. Nº11, (Janeiro – Junho 2012). Dir. José Mattoso. Lisboa: IEM.

Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>

ISSN: 1646-740X

Resumo

O estatuto de Viseu como centro político, eclesiástico e comercial, actuou como factor de desenvolvimento e fixação de mercadores e judeus. Datam dos finais de Duzentos os primeiros testemunhos da presença hebraica nesta cidade, cuja comuna prosperou sobretudo a partir dos inícios de Quatrocentos, no momento em que Viseu deu início a um intenso processo de reconstrução, após três décadas de conflito e destruição que marcaram todo o reinado fernandino e os primeiros anos da governação de D. João I. Neste artigo abordamos o perfil multi-confessional de Viseu medieval e o contributo judaico na construção do espaço urbano e social da cidade, no período anterior à expulsão dos hebreus, em 1496. Analisamos os contornos deste processo de coexistência e de colaboração, por vezes pouco pacífica, entre os judeus e a catedral. Esta, como detentora de grande parte da propriedade urbana da cidade, funcionou como importante interlocutor no relacionamento dos cristãos com a minoria judia e exerceu uma forte influência nos seus mecanismos de organização espacial. Entre algumas questões analisadas neste âmbito, destacamos a deslocalização do bairro judaico, em grande medida como consequência das relações de poder e da defesa dos interesses de judeus e cristãos no contexto da reorganização da malha urbana quatrocentista de Viseu.

Palavras-chave: História Urbana, Viseu, Judeus, Catedral, Idade Média.

Abstract

Viseu's status as political, ecclesiastical and commercial centre acted as a factor of development and attraction of merchants and Jews. The first testimonies of the Hebraic presence in this city are from the late 13th century, whose commune prospered mainly from the early 15th century, at the time when Viseu initiated a major process of rebuilt, after three decades of conflict and destruction which characterized the Ferdinand Reign and the first years of D. João I's government.

In this paper we will approach the multi confessional profile of medieval Viseu and the jewish contribution to the construction of its urban and social space, in the period prior to the hebraic expulsion, in 1496. We will analyze the outline of this coexistence and collaboration process, though not always peaceful, between jews and the cathedral. The latter, as owner of the vast majority of the urban property of the city, rolled as an important *liaison* between christians and the jewish minority and played a strong influence in their mechanisms of spatial organization. From certain issues analyzed in this extent, we will stand out the delocalization of the Jewish District mostly due to the consequences of the relations of power and of the defense of Jewish and Christian's interests in the context of the reorganization of the 15th's urban network of Viseu.

Keywords: Urban history, Viseu, Jews, Cathedral, Middle Ages.



Metamorfoses da cidade medieval.

A coexistência entre a comunidade judaica e a catedral de Viseu

Anísio Miguel de Sousa Saraiva

No início da segunda metade de Duzentos, Portugal terminava a sua participação no processo de Reconquista do território peninsular, cumprindo aquele que fora um dos

seus principais desígnios durante mais de século e meio de história, desde o tempo em que apenas constituía um pequeno condado subordinado ao reino de Leão¹. Com efeito, depois de alcançar a independência política, ratificada por bula papal de Alexandre III, em 1179, um novo passo seria dado setenta anos depois pelo jovem reino português, ao conquistar-se definitivamente o território do Algarve, em 1249. Este acontecimento, que constituiu um importante sucesso militar face ao domínio muçulmano da Península Ibérica, permitiu ao rei D. Afonso III definir os contornos políticos de Portugal, aproximando-os dos limites daquela que veio a ser a sua fronteira definitiva, ao mesmo tempo que possibilitou a este monarca cimentar o equilíbrio político e socio-económico do reino, através de um poder régio actuante e centralizador e de uma geografia urbana dinâmica, embora heterogénea².



Fig. 01 – Rede urbana portuguesa, século XIII © Anísio M. S. Saraiva (2009).

¹ Acerca do período condal cf. MARQUES, A. H. de – A constituição de um condado. In *Nova História de Portugal*. Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325)*. Coord. Maria Helena Coelho e Armando Carvalho Homem. Lisboa: Ed. Presença, 1996, p. 11-23; e MATTOSO, José – Dois séculos de vicissitudes políticas. In *História de Portugal*. Dir. José Mattoso. Vol. 2: *A monarquia feudal (1096-1480)*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 1992, p. 23-64.

² Cf. VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006, p. 88-116; TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: FLUC, 2009, p. 43-49.

Esta matização do mundo citadino português de meados do século XIII resultava, em grande medida, da existência de um eixo urbano litorâneo, paralelo à costa atlântica, formado por núcleos urbanos como Braga, Guimarães, Porto, Coimbra, Santarém e Lisboa, que no seu conjunto se contrapunha a um vasto elenco de localidades de menor expressão populacional no interior do país, entre as quais se assinalavam Bragança, Chaves, Lamego, Viseu, Guarda, Estremoz, Moura, Beja, e ainda Faro e Silves, estas duas situadas na costa sul do Algarve recém-conquistado³. Não obstante as assimetrias entre o litoral e o interior e a forte matriz rural das cidades e vilas medievais portuguesas, estas constituíam espaços dinâmicos fortemente credores das concepções urbanísticas romanas e muçulmanas⁴, que vieram a conhecer nesta fase pós-Reconquista importantes alterações morfológicas decorrentes, entre vários aspectos, do aumento da população e do conseqüente alargamento da malha urbana para os bairros limítrofes, então chamados de arrabaldes⁵. Estas novas áreas, normalmente localizadas em zonas mais baixas e exteriores às cinturas amuralhadas, congregavam uma parte significativa da vida citadina, formando espaços por excelência de concentração da actividade artesanal e mercantil, com características físicas, funcionais, sociais e confessionais próprias, patentes no arruamento dos ofícios, de acordo com as suas especificidades, e na constituição de ruas ou bairros afectos a um qualquer grupo étnico ou religioso minoritário⁶.

³ Cf. MATTOSO, José – Os concelhos. In *História de Portugal*. Vol. II: *A monarquia feudal (1096-1480)*. Dir. José Mattoso. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 1992, p. 207-211. Sobre as características topográficas de algumas destas cidades e vilas, cf. TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal...*, p. 299-312, 337-359; *ATLAS de cidades medievais portuguesas: séculos XII-XV*. Vol. 1. Lisboa: INIC, 1990; e MARQUES, A. H. de Oliveira – O surto urbano, a moeda e os preços. In *Nova História de Portugal*. Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. IV: *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987, p. 187-190.

⁴ Cf. TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal...*, p. 50-94; MARQUES, A. H. de Oliveira – Introdução à história da cidade medieval portuguesa. In *Novos ensaios de história medieval portuguesa*. Lisboa: Presença, 1988, p. 13-42; e SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas: o caso da catedral de Lamego. In *Catedral y ciudad medieval en la Península Ibérica*. Eds. Eduardo Carrero y Daniel Rico. Múrcia: Nausícaá, 2004, p. 243-245.

⁵ Esta expansão urbana para os arrabaldes já se verificava antes do fim da Reconquista em cidades mais desenvolvidas como Coimbra, Santarém ou Lisboa, cf. GASPARG, Jorge – A cidade portuguesa na Idade Média: aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional. In *La ciudad hispanica durante los siglos XIII al XVI*. Actas do colóquio. Madrid: Universidad Complutense, 1982, p. 134-136.

⁶ Cf. GASPARG, Jorge – A cidade portuguesa na Idade Média..., p. 134; e GONÇALVES, Iria – Para o estudo da área de influência do Porto nos fins do século XIV. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 139-152.



Fig. 02 – Pormenor do Livro das Fortalezas de Duarte de Armas, séc. XVI.

Alguns destes núcleos, considerados marginais na organização sócio-espacial urbana, de que eram os principais exemplos as mancebias, as mourarias e as judiarias, constituíam elos apartados da restante rede habitacional, o que contribuía de forma inequívoca para a diversificação topográfica das nossas cidades⁷. As mourarias, situadas normalmente em espaços degradados e afastados das vias de circulação, circunscreviam-se sobretudo às localidades do sul, como Santarém, Lisboa, Setúbal, Elvas, Évora, Moura, Beja e Silves⁸; ao contrário das judiarias, que se localizavam nas imediações, senão mesmo em áreas mais favorecidas do ponto de vista da circulação e do comércio, e se distribuíam um pouco por todo o reino, embora a sua concentração fosse mais significativa no interior da comarca da Beira e nas localidades fronteiriças do norte e do centro do país⁹.

⁷ Sobre as mancebias e a sua localização no espaço urbano ibérico, cf. BEIRANTE, Maria Ângela – As mancebias nas cidades medievais portuguesas. In *O ar da cidade: ensaios de história medieval e moderna*. Lisboa: Ed. Colibri, 2008, p. 7-24; MOLINA MOLINA, Ángel Luis – *Mujeres públicas, mujeres secretas: la prostitución y su mundo (siglos XIII-XVII)*. Murcia: Editorial KR, 1998, p.77-97; idem – La prostitución en la Castilla bajomedieval. *Clio & Crimen*. 5 (2008) 138-150; e LÓPEZ BELTRÁN, María Teresa – *La prostitución en el reino de Granada a finales de la Edad Media*. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación, 2003.

⁸ Além destas existiam outras mourarias em Leiria, Almada, Palmela, Alcácer do Sal, Avis, Estremoz, Tavira, Loulé e Faro, todas elas resultantes do avanço da Reconquista e da reorganização da população muçulmana nas cidades cristianizadas, cf. TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal...*, p. 665-686; GASPAS, Jorge – A cidade portuguesa na Idade Média..., p. 136-137; CHORÃO, J. – Islão e cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa. In *História Religiosa de Portugal*. Vol. 1: *Formação e Limites da Cristandade*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 102-116; e GOMES, Saul – A mouraria de Leiria: problemas sobre a presença moura no centro do país. *Estudos Orientais*. 2 (1991) 155-177.

⁹ Cf. TRINDADE, Luísa – Jewish communities in portuguese late medieval cities: space and identity. In *Religion, ritual and mythology: aspects of identity formation in Europe*. Pisa: University Press, 2006, p. 68-73; GASPAS, Jorge – A cidade portuguesa na Idade Média..., p. 136-138; GOMES, Saul – Grupos étnico-religiosos e estrangeiros..., p. 351-360; e TAVARES, Maria José Ferro – Pobres, minorias e marginais: localização no espaço urbano. In *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*. Vol. 1. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, p. 141-153.

Entre as múltiplas características que o mundo urbano medieval português nos apresenta, mormente a partir do século XIII, importa acima de tudo destacar este carácter heterogéneo e multi-confessional do seu espaço¹⁰, partilhado por cristãos, muçulmanos e judeus, revelador de um sistema vivencial de coexistência inicialmente moldado por um sentimento de tolerância operado pela maioria cristã, que, ao longo do tempo, foi dando lugar a mecanismos cada vez mais fortes de segregação, especialmente direccionados para a minoria judaica¹¹. Na verdade, a população moura, embora presente em pontos específicos, conheceu um importante decréscimo no território português durante os séculos XIII a XV¹²; uma tendência inversa à verificada entre a população judia, cujo número aumentou de modo significativo desde as últimas décadas de Trezentos até finais de Quatrocentos, mais concretamente até ao decreto régio de D. Manuel I de 1496, que obrigou judeus e mouros a optarem pela conversão ou pela expulsão do reino¹³. A comunidade hebraica, já de si notada pelo estigma do credo religioso e distinguida pela ampla distribuição territorial e expressão numérica do seu povo, bem como pelo peso que exercia nas actividades económicas locais, foi desde cedo o principal alvo da legislação normativa civil e eclesiástica, atenta sobremaneira em regulamentar a convivência com a maioria cristã e, em consequência, o modo como o espaço urbano era partilhado e ocupado pela minoria judaica. Essa realidade reflectiu-se no perfil social e morfológico de muitas das nossas cidades e vilas, sobretudo a partir dos finais do século XIV, altura em que a regulamentação segregacionista anti-semita se acentuou particularmente¹⁴.

¹⁰ Como nos refere TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal...*, p. 619.

¹¹ Cf. TAVARES, Maria José Ferro – O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo. In *História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Coord. Ana Maria Jorge e Ana Maria Rodrigues. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 53-54; ANTUNES, José – Acerca da liberdade de religião na Idade Média: mouros e judeus perante um problema teológico-canónico. *Revista de História das Ideias*. 11 (1989) 63-84; e IZQUIERDO BENITO, Ricardo – Los conflictos sócio-religiosos en las ciudades medievales castellanas. In *La convivencia en las ciudades medievales*. Nájera. Encuentros Internacionales del Medioevo 2007. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2008, p. 84-100.

¹² Cf. TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal...*, p. 672-674; e CHORÃO, J. – Islão e cristianismo..., p. 127.

¹³ Um dos motivos para o aumento da comunidade judaica entre nós, logo nos finais do século XIV, prendeu-se com o movimento antijudaico então vivido em Castela e que originou um forte fluxo migratório para Portugal, que se acentuou particularmente nas últimas décadas do século XV, cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – A base demográfica e tecnológica..., p. 36-39; e TRINDADE, Luísa – Jewish communities in portuguese late medieval cities..., p. 73; e idem – *Urbanismo na composição de Portugal...*, p. 625-626.

¹⁴ Cf. TAVARES, Maria José Ferro – O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo..., p. 54.

Mas se os contornos deste quadro urbano multi-étnico, com especial relevo no que diz respeito à presença judaica, são conhecidos com algum pormenor para cidades como Braga, Porto, Coimbra, Leiria, Guarda, Lisboa ou Évora¹⁵, o mesmo não podíamos dizer em relação a Viseu, onde só muito recentemente a história da presença semita despertou de um modo mais amplo a atenção dos investigadores¹⁶. O aprofundamento concreto desta temática assume particular interesse pelo facto de Viseu ter constituído, desde sempre, uma importante referência estratégica na região centro de Portugal, em resultado da sua condição de sede de bispado e de pólo de atracção do fluxo comercial que cruzava a cidade, ligando os portos e os núcleos urbanos do litoral ao interior do país e à fronteira com Castela. Este seu estatuto de centro administrativo, eclesiástico e comercial, reforçado por boas infraestruturas viárias e fluviais, actuou como factor de desenvolvimento e de fixação de gente, nomeadamente homens ligados ao trato da mercancia, entre os quais se destaca a elite abastada dos mercadores e, claro está, os judeus. Com efeito, remontam ao ano de 1284 os primeiros testemunhos da presença hebraica em Viseu¹⁷, cuja comuna se desenvolveu e prosperou sobretudo a partir dos

¹⁵ Cf. MARQUES, José – As judiarias de Braga e de Guimarães no século XV. In *Xudeus e Conversos na Historia*. Congreso Internacional, Ribadavia, 1991. Vol. 2. Santiago de Compostela: Editorial de la Historia, 1994, p. 351-363; DIAS, Geraldo Coelho – Presença de judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade. In *Os reinos ibéricos na Idade Média*. Vol. 1. Porto: Livraria Civilização, 2003, p. 424-440; GOMES, Saul – *A comunidade judaica de Coimbra medieval*. Coimbra: INATEL, 2003; idem – Ser-se judeu na Coimbra medieval. In *Minorias étnicas e religiosas em Portugal: história e actividade*. Actas do Curso de Inverno. Coimbra: [s.n.], 2003, p. 61-82; idem – *A comuna judaica de Leiria das origens à expulsão: introdução ao seu estudo histórico e documental*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste», 2010; GOMES, Rita Costa – Um microcosmos citadino: a judiaria medieval da Guarda. In *Guarda, história e cultura judaica*. Guarda: Museu, 2000; TAVARES, Maria José Ferro – Os judeus na Beira Interior. In *Guarda, história e cultura judaica*. Guarda: Museu, 2000; VENTURA, Margarida Garcez – Contributo para uma leitura social do espaço na Lisboa quatrocentista: o debate sobre a localização das judiarias. *Revista Portuguesa de História*. 36-1 (2002/2003) 229-240; ANDRADE, Amélia Aguiar – O desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa. In *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor José Marques*. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras, 2006, p. 143-163; BALLESTEROS, C. – A judiaria e a sinagoga medieval de Évora. In *Os judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*. Lisboa: Colibri, 2004, p. 191-218; e BEIRANTE, Maria Ângela – *Évora na Idade Média*. Lisboa: FCG/JNICT, 1995, p. 738-741.

¹⁶ Remontam a finais da década de 70 e aos inícios de 80 do século XX os primeiros trabalhos de âmbito nacional publicados por TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Guimarães Ed., 1979 e *Os judeus em Portugal no século XV*. 2 vols. Lisboa: UNL-INIC, 1982-1984, com relevantes informações sobre a presença judaica em Viseu, principalmente para a centúria de Quatrocentos. A partir dos finais da década de 90, novas incursões no âmbito da história da presença sefardita em Viseu foram levadas a cabo por MONTEIRO, Isabel – *Os judeus na região de Viseu*. Viseu: RTDL, 1997; A judiaria de Viseu. *Monumentos*. 13 (2000) 57-61; Viseu a identidade histórica: o próximo como o “outro”. *WISEU.M.* 1 (2008) 142-163; tendo esta temática sido recentemente relançada, com especial fôlego, graças ao patrocínio do Grupo de Missão do Museu Municipal de Viseu, coordenado pelo Professor Doutor Henrique Almeida, de quem partiu a iniciativa de realizar o I Colóquio da História e Cultura Judaica em Viseu (em Fevereiro de 2009).

¹⁷ Cf. nota 23.

inícios do século XV, no preciso momento em que, por um lado, o país recebia um numeroso contingente judaico oriundo de Castela e, por outro, a cidade dava início a um amplo e exigente processo de reconstrução do seu tecido urbano, após os saques e as destruições que resultaram da guerra travada durante décadas com o reino vizinho¹⁸.



Fig. 03 – Viseu, vista da cidade.

A história da comuna judaica viseense inicia-se, portanto, nos finais do século XIII e, tal como sucede com a esmagadora maioria das localidades portuguesas, o seu estudo depende exclusivamente das informações constantes nas fontes cristãs, uma vez que desta comunidade não chegaram quaisquer testemunhos escritos a respeito da sua constituição ou do seu funcionamento. A imagem que hoje podemos construir dos judeus de Viseu é, assim, limitada ao resultado de uma leitura realizada de fora para dentro, ou seja, a partir do exterior deste grupo e circunscrita aos registos que a maioria cristã deixou nos seus centros de produção documental. No caso particular de Viseu, a

¹⁸ Sobre a guerra travada com Castela durante o reinado fernandino, que se estendeu de 1369 a 1382, bem como as suas consequências na cidade de Viseu, cf. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – A cidade de Viseu no rasto da guerra: dos conflitos fernandinos à paz definitiva com Castela. In *A Guerra e a Sociedade na Idade Média*. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais (2008). Vol. 1. [Torres Novas]: SPEM, 2009, p. 323-358.

base para o estudo da comuna hebraica encontra-se na chancelaria régia, mormente no que diz respeito à centúria de Quatrocentos¹⁹, e, sobretudo, no rico repositório informativo do cartório do cabido da Sé viseense, de onde provém a esmagadora maioria das fontes para a história da presença judaica na cidade, agora por nós elencada e que compreende uma cronologia que se estende dos finais do século XIII até aos inícios do século XVI²⁰. É especialmente através dos documentos produzidos ou recolhidos pelo cabido da catedral que se torna possível perscrutar as características e as linhas de inserção da minoria hebraica, numa leitura que se entrecruza, inevitavelmente, com a vida económica desta instituição eclesiástica, a mais importante de Viseu e de toda a região da Beira. A Sé, na condição de detentora de grande parte da propriedade urbana e peri-urbana da cidade, funcionou como um dos principais interlocutores no relacionamento entre judeus e cristãos, e exerceu uma forte influência nos mecanismos de organização sócio-espacial daquela minoria, o que desde logo se pode compreender se tivermos em conta o facto do cabido ser o proprietário de muitas das casas e dos bens habitados e emprazados por judeus²¹.

¹⁹ Como nos mostram os trabalhos publicados por Maria José Ferro Tavares, cf. nota 17.

²⁰ O núcleo principal do cartório do cabido da Sé de Viseu encontra-se no Arquivo Distrital de Viseu, que se completa com os acervos de menor dimensão distribuídos pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e pelo Arquivo do Museu de Grão Vasco (AMGV). Neste cartório capitular reunimos um total de 80 documentos que testemunham, directa ou indirectamente, a presença judaica em Viseu, 80% dos quais são referentes ao século XV e correspondem na sua maioria a contratos de emprazamento ou de escambo de propriedades do cabido. A esta documentação proveniente da Sé acresce a massa informativa reunida nas chancelarias régias e que não ultrapassa a meia centena de documentos, datados sobretudo do reinado de D. Afonso V.

²¹ O papel determinante que o cabido de Viseu exerceu do ponto de vista patrimonial foi já objecto de um estudo preambular realizado por NERY, António de Seixas – *O cabido de Viseu nos inícios da Idade Moderna, senhorio e rendas (1400-1500)*. Porto: FLUP, 1996.



Fig. 04 – Sé de Viseu, fachada © DGEMN

Cientes desta estreita ligação estabelecida entre o cabido da catedral e a comuna, examinemos então com mais pormenor as fontes e analisemos o que elas nos têm a dizer.

Situa-se em pleno reinado dionisino e a poucos anos do final do século XIII, mais concretamente em 1284, a primeira referência a um judeu habitante de Viseu, de nome

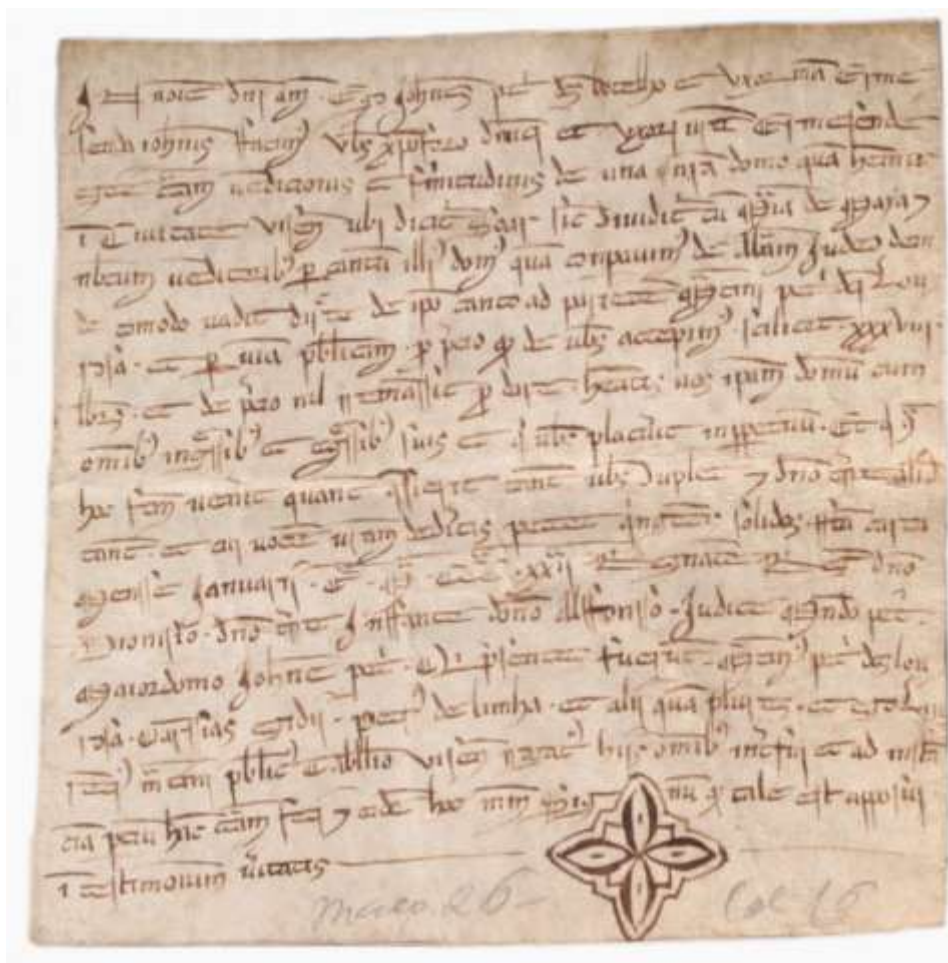


Fig. 05 – Mais antiga documental a um judeu habitante em Viseu, 1284 (Janeiro) © DGARQ / ADVIS (Pergaminhos, m. 26, n. 16).

Abraão e antigo proprietário de casas no Soar²², que em 1293 foi indiciado pela justiça do rei, acusado de cobrar mais do dobro do montante de um empréstimo que concedera a um cristão da cidade²³. Abraão residia com sua mulher *Donti Dona* numas casas em Cimo de Vila, na entrada sul do arrabalde de Viseu²⁴, junto das quais o casal possuía uma outra habitação com sobrado, que optou por alienar a um cónego da Sé, em Março

²² 1284 (Jan.) – Arquivo Distrital de Viseu (ADVIS), Pergaminhos, m. 26, n. 16.

²³ A queixa partiu de Mem Lourenço e da sua mulher que acusaram Abraão, judeu de Viseu, de lhes levar “gram peça”, ou seja, mais que o dobro da dívida que a ele haviam contraído. O rei determinou que, caso se provasse a acusação, o judeu fosse obrigado a devolver aos credores a quantia que havia levado a mais: 1293 (4 de Junho, Lisboa) ANTT – Sé de Viseu, Documentos Régios, m. 1, n. 23. O problema da usura foi motivo de intensa legislação desde o reinado de D. Afonso III, visando combater os empréstimos concedidos por judeus a juro imoderado, cf. TAVARES, Maria José Ferro – O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo..., p. 58; idem – *Os judeus em Portugal no século XIV*, p. 105-110.

²⁴ 1303 (24 de Agosto, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, m. 28, n. 55.

de 1305²⁵. Como testemunha do contrato de compra e venda deste imóvel aparece um outro judeu, chamado Bento, que, por certo, e juntamente com a família de Abraão, terá convivido com *Abricio*, também membro da comunidade judaica e morador, pelo ano de 1303, junto ao terreiro da ermida de S. Domingos²⁶. Mostram-nos estas referências,

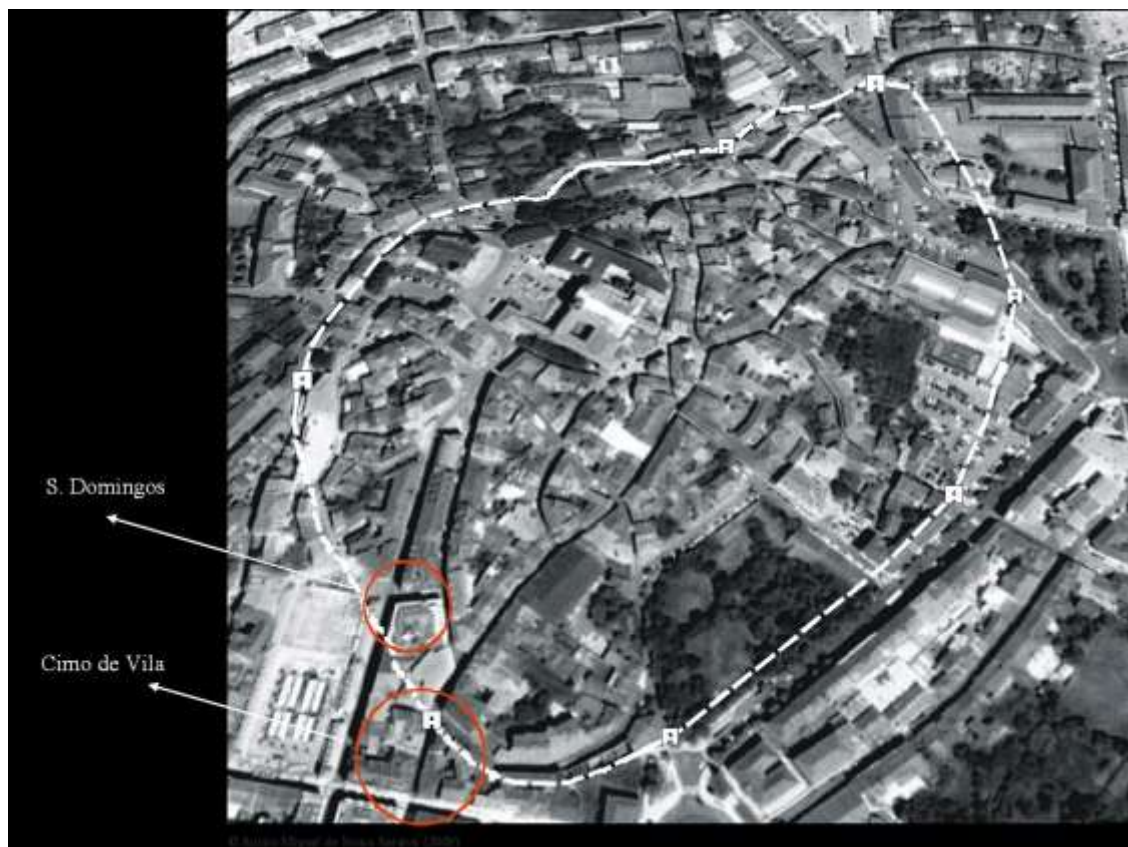


Fig. 06 – Locais de fixação dos primeiros judeus de Viseu, sécs. XIII-XIV © Anísio M. S. Saraiva (2009).

apesar de esparsas, alguns dos nomes dos primeiros hebreus de Viseu que, na transição do século XIII para o XIV, se fixaram no arrabalde da cidade, mais concretamente junto a Cimo de Vila e a S. Domingos, habitando um espaço urbano também ocupado pela população cristã e situado numa zona privilegiada de acesso ao eixo viário que fazia a

²⁵ Foi acordado com o comprador, o cónego Martim Peres, a condição de poder ter serventia da sua nova casa através das habitações dos vendedores judeus seus vizinhos: 1305 (4 de Março, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, m. 22, n. 04. Estas casas compradas pelo cónego são, dois anos depois, por si doadas a Clara Eanes, registando-se o facto do judeu Abraão e da sua mulher delas ainda serem vizinhos: 1307 (27 de Abril, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, m. 22, n. 20.

²⁶ 1303 (17 de Maio, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, m. 23, n. 49.

ligação a sul, em direcção a Coimbra²⁷. Infelizmente, nada mais se conhece desta primeira comunidade hebraica, tão pouco o documento régio que eventualmente terá sancionado a sua formação²⁸. Os registos documentais do século XIV mostram-se parcos em informações sobre este grupo, revelando-nos apenas sinais de aproximação à maioria religiosa, de que são exemplos o caso de um judeu convertido ao cristianismo²⁹ e alguns indícios de agitação entre os cristãos e esta minoria semita, ocorrida durante o reinado de D. Afonso IV. Referimo-nos a queixas que os oficiais do concelho fizeram chegar ao monarca reclamando da conduta do corregedor quando estanciava em Viseu, por frequentemente tomar para si e para a aposentadoria dos seus homens roupas e camas aos vizinhos cristãos, em vez de o fazer aos vizinhos judeus, como, aliás, mandava o costume antigo da cidade³⁰.

²⁷ Os dados agora apresentados refutam a afirmação de Isabel Monteiro de que os judeus terão ocupado inicialmente a zona extramuros do bairro da Regueira, cf. MONTEIRO, Isabel – A judiaria de Viseu. *Monumentos*. 13 (2000) 57-58, 60. A localização desta primeira comunidade hebraica viseense segue a tendência das demais judiarias nacionais, situadas nas imediações dos principais eixos de circulação urbana, cf. GOMES, Saul – Grupos étnico-religiosos e estrangeiros..., p. 348; e TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XIV*, p. 28.

²⁸ Competia ao rei conceder, através de uma carta de privilégios, autorização para a criação das comunas judaicas e regulamentar todos os seus usos e costumes, foros e privilégios, cf. TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XIV*, p. 19-20; GOMES, Saul – Grupos étnico-religiosos e estrangeiros..., p. 351.

²⁹ Trata-se de Martim Afonso «que foi judeu»: 1319 (31 de Março, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, m. 25, n. 18b.

³⁰ Queixa atendida pelo rei que ordenou o respeito pelo costume de tomar roupa aos judeus e não aos cristãos da cidade: 1338 (21 de Maio, Coimbra) *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*. Org. A. H. de Oliveira Marques, vol. 2. Lisboa: INIC-CEH/UNL, 1990, p. 207-209, doc. 112. Nesta mesma carta de D. Afonso IV é-nos dado a saber que os arrabís da comuna de Viseu não têm jurisdição sobre os feitos crimes praticados pelos judeus, a qual pertencia aos juizes do concelho, cf. TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XIV*, p. 36, 68, 70 nota 80, 81.

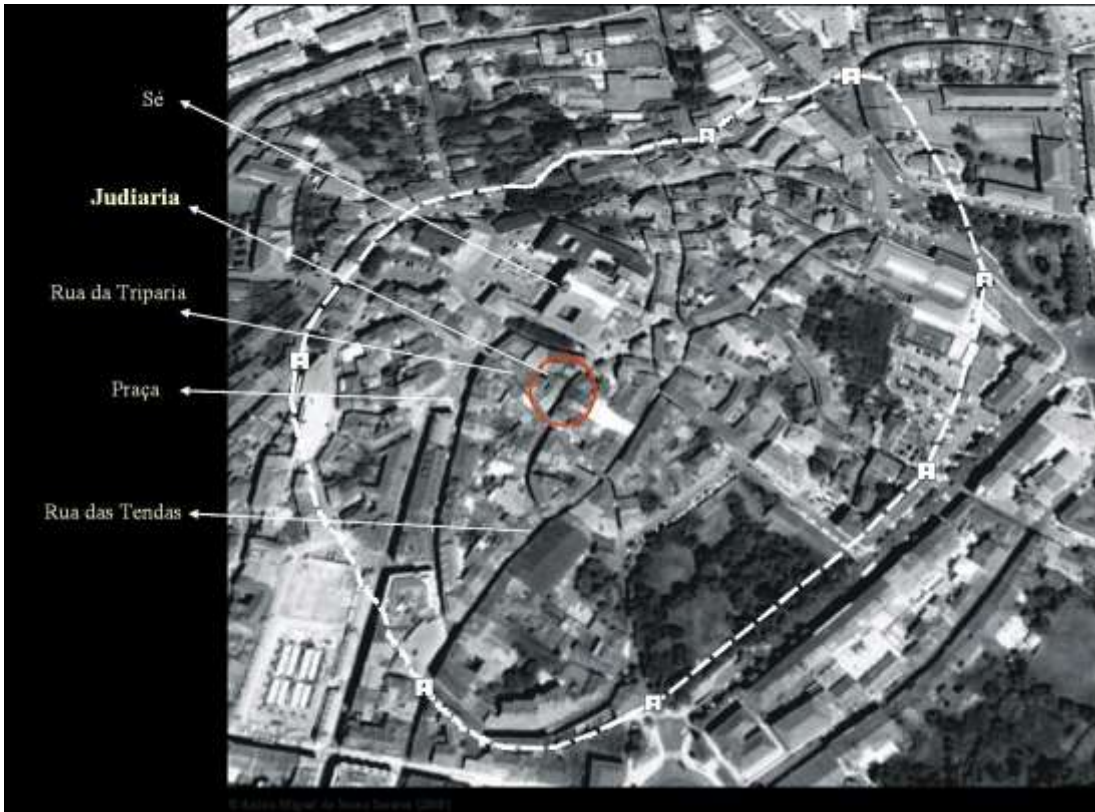


Fig. 07 – Localização da Judiaria de Viseu, segunda metade séc. XIV © Anísio M. S. Saraiva (2009).

Se estes primeiros dados apontam para a presença judaica no arrabalde citadino, pelos inícios do reinado de D. Pedro I (1357-1367) essa tendência de fixação mostra-se ter invertido, em favor da centralidade imposta pela Praça, na confluência da qual se situava a Rua da Triparia, que ligava aquele largo à não menos central e animada Rua das Tendas³¹, onde, pouco antes de 1359, se regista a morada de um judeu chamado Jacob³². De facto, este dado leva-nos a suspeitar que, pelo começo da segunda metade de Trezentos, o bairro dos judeus já tivesse abandonado o arrabalde deslocando-se para

³¹ Sobre o conceito de “praça” e o seu papel como elemento urbano de maior significado na cidade medieval, evolução toponímica e o traçado de algumas das artérias urbanas de Viseu, cf. TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal...*, p. 705-719; RIBEIRO, Maria do Carmo Franco – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Braga: Universidade do Minho, 2008; BEIRANTE, Maria Ângela – Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora. In *O ar da cidade. Ensaios de História Medieval e Moderna*. Lisboa: Ed. Colibri, 2008, p. 182-183; MOUTA, J. Henriques – Panorâmica e dinâmica de Viseu medieval. I: Toponímia. *Beira Alta*. 27-2 (1968) 281-300; e CASTILHO, Liliana Andrade – O centro histórico de Viseu. *Beira Alta*. 63-3/4 (2004) 330-336.

³² 1359 (4 e 5 de Fevereiro, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, m. 38, n. 36a.

este núcleo estratégico do centro urbano³³. Prova disso surge anos mais tarde, em 1379, ao registarmos a primeira referência documental à sinagoga de Viseu, localizada nas imediações da Praça e da Triparia, mais precisamente numa das quelhas que partiam da rua das Tendas³⁴, por certo não muito afastada da Rua da Judiaria, documentada também pela primeira vez, em 1386³⁵. Estas duas importantes referências permitem-nos, assim, inferir que este novo pólo de reunião e da vida da comuna judaica já se encontrava perfeitamente definido e organizado nesta zona privilegiada da cidade, entre os últimos anos do reinado de D. Fernando (1367-1383) e o princípio da governação de D. João I (1385-1433)³⁶. O que, aliás, vem ao encontro das determinações das cortes de Elvas realizadas por D. Pedro I em 1361, que impuseram às comunidades semitas, entre um vasto conjunto de obrigações segregacionistas, o dever de se organizarem em judiarias, constituindo assim uma identidade espacial própria, definida em torno do seu centro ordenador formado pela sinagoga³⁷. Se a isto ainda levarmos em conta que a construção deste templo, símbolo da vida espiritual e religiosa da comunidade, pressupunha a autorização do rei³⁸, fácil será concluir que a deslocação da comuna de Viseu para esta área da cidade e a consequente formação de uma nova judiaria terá sido um processo intencional, que mereceu o devido consentimento por parte da Coroa.

Deste modo ter-se-á concretizado mais um capítulo da história social e urbana de Viseu medieval que decorreu num período muito particular, profundamente marcado pela crise demográfica e cerealífera, agravado pelas sucessivas reincidências do trágico surto da Peste Negra, a que se juntaram, durante o reinado fernandino, três guerras com Castela, além da consequente crise dinástica portuguesa, dirimida durante a Crise de 1383-85, e

³³ Em Coimbra, por exemplo, a tendência foi inversa à de Viseu, com a mutação da judiaria do centro para o arrabalde citadino, entre 1360-1380, cf. GOMES, Saul – *A comunidade judaica de Coimbra medieval...*, p. 16-22; idem – *Ser-se judeu na Coimbra medieval...*, p. 68-70.

³⁴ 1379 (1 de Fevereiro, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, m. 18, n. 72 e m. 50, n. 31.

³⁵ 1386 (13 de Abril, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, m. 18, n. 109. Tal como em Viseu, as judiarias de Guimarães, Barcelos, Vila Real, Tomar, Lagos e Miranda do Douro formavam-se em torno de uma única rua, cf. TRINDADE, Luísa – *Jewish communities in portuguese late medieval cities...*, p. 74.

³⁶ Em 1384 (6 de Setembro, Lisboa), D. João I doou ao seu escudeiro Álvaro Gonçalves Taborda os rendimentos que a Coroa auferia do serviço real pago pelos judeus de Viseu, o que mostra também a dimensão e a actividade da comuna judaica viseense por esse tempo, cf. *Chancelarias Portuguesas. D. João I. Vol. 1, T. 1. Org. João José Alves Dias. Lisboa: CEH-UNL, 2004, p. 117-118, doc. 232.*

³⁷ Cf. TRINDADE, Luísa – *Jewish communities in portuguese late medieval cities...*, p. 62, 65; TAVARES, Maria José Ferro – *O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo...*, p. 66. Ainda acerca do papel das sinagogas na organização das comunidades judaicas e das prerrogativas impostas aos judeus pelo rei D. Pedro I, cf. TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XIV*, p. 13, 38 e 74.

³⁸ Cf. TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XIV*, p. 39, 60.

do prolongamento das hostilidades com o reino vizinho até aos inícios do século XV. Foi sem dúvida um período de forte instabilidade e conflito, que se reflectiu na destruição e no despovoamento de Viseu, tragicamente atingida pelos saques e incêndios perpetrados pelas forças castelhanas em 1372, em 1385 e em 1396³⁹.

O restabelecimento da paz, nos alvares de Quatrocentos, tornou possível que a cidade se lançasse à ambiciosa tarefa do seu repovoamento e da sua reconstrução, carenciada de gente e de investimento capaz de a reerguer e de restabelecer o seu dinamismo económico e social. E aqui tudo leva a crer terem os judeus desempenhado um papel decisivo, pois muitos terão sido aqueles que vieram habitar a urbe viseense, provavelmente vindos de outras aldeias e vilas beirãs ou da vizinha Castela, escapando assim ao movimento antijudaico que há décadas grassava neste reino⁴⁰. Disso mesmo nos dão conta os registos documentais quatrocentistas, que atestam um aumento exponencial do número de judeus em Viseu, bem como o empenho do cabido da Sé em reactivar a gestão da sua base patrimonial, através de uma firme política de emprazamentos de casas e pardieiros, dispersos um pouco por toda a cidade, procurando, em grande medida, reconstruir os seus imóveis e dinamizar a empobrecida economia capitular e urbana. O bairro judaico de Viseu fazia parte dessa rede imobiliária, razão por que encontramos, nestes primeiros anos do século XV, o cabido a emprazar a judeus umas casas na rua que dava acesso à sinagoga⁴¹, ou a receber em doação um pardieiro na Judiaria, cuja localização as fontes passam a situar, com mais pormenor, nas imediações da rua das Tendas⁴², a par da torre dos sinos da Sé⁴³ (no espaço que hoje corresponde à Rua da Senhora da Boa Morte).

³⁹ Sobre o contexto destas incursões castelhanas a Viseu, cf. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – A cidade de Viseu no rasto da guerra...

⁴⁰ Este movimento persecutório iniciado em Toledo, na década de 50, culminou no pogrom de Sevilha de 1391, cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – A base demográfica e tecnológica..., p. 36-37.

⁴¹ O judeu David *de Pam Corvo* e a sua mulher *Reyna* emprazam ao cabido uma casa na rua que ia para a sinagoga: 1408 (19 de Junho, Viseu) ADVIS, Pergaminhos, m. 41, n. 11.

⁴² 1406 (7 de Maio, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, m. 48, n. 48.

⁴³ 1415 (3 de Julho, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, m. 18, n. 76.



Fig. 08 – Rua da Judiaria (actual Rua da Senhora da Boa Morte) © Anísio M. S. Saraiva (2009).

A proximidade espacial entre a catedral e a judiaria e os vínculos de natureza económica estabelecidos entre cristãos e judeus afiguram-se por demais evidentes. A Viseu de Quatrocentos ressurgia assim como um espaço dinâmico e multi-étnico, ao mesmo tempo que se reerguia das ruínas deixadas pela guerra e prosseguia a reorganização da sua malha urbana em função dos interesses de quem detinha a propriedade. Um dos episódios mais significativos deste processo reformador ocorreu logo entre 1415 e 1418, com a deslocalização da judiaria para uma zona contígua, igualmente bem situada, entre a Praça e a Rua das Tendas, mas mais afastada do perímetro da Sé (e que hoje corresponde à Rua da Senhora da Piedade)⁴⁴. A razão desta nova mudança talvez a

⁴⁴ Um processo análogo a este ocorrido em Viseu verificou-se em Braga, em 1466, com a transferência da Judiaria para uma zona contígua que passou a denominar-se de Judiaria Nova, cf. MARQUES, José –

encontremos no crescimento da comunidade judia e na necessidade desta se arruarem num espaço de maiores dimensões. Ao que também podemos acrescentar as relações de poder estabelecidas entre uma comuna mais numerosa e influente e uma maioria cristã também interessada em com ela coexistir, porque empenhada em ter o seu contributo na reconstrução da economia da cidade.

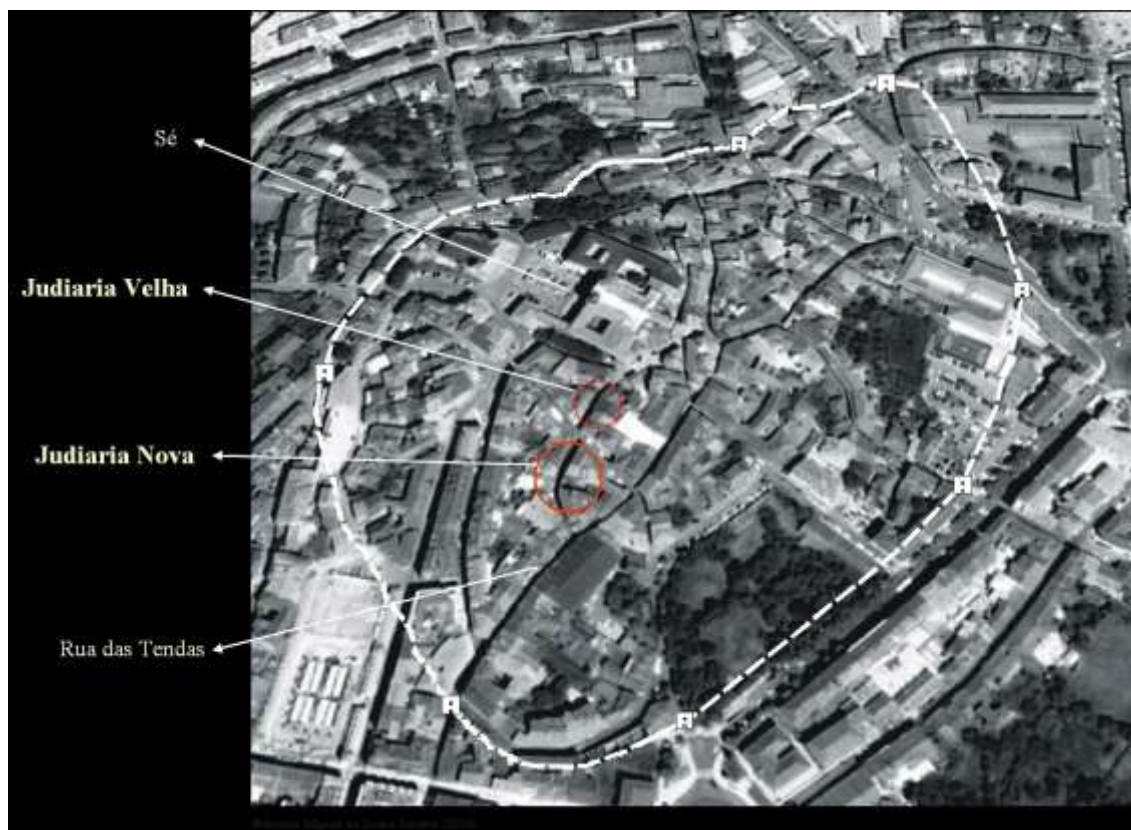


Fig. 09 – Localização da Judiaria Nova de Viseu, inícios séc. XV © Anísio M. S. Saraiva (2009).

Na verdade, se em 1415 os cónegos recebiam um pardieiro na rua da Judiaria, identificada junto à Torre dos Sinos⁴⁵, três anos depois, em 1418, o cabido emprazava a um clérigo uma casa nessa mesma rua, mas desta vez com a indicação de aí ter sido o

A contenda do cabido com os judeus de Braga, na segunda metade do século XV. *Revista Altitude*. 4 (1981) 29-32. Sobre a localização estratégica das judiarias na topografia das cidades portuguesas e a solução encontrada, por exemplo para Lisboa e Lamego, da construção de novas judiarias como forma de resposta à expansão das respectivas comunas, cf., TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal...*, p. 633-648; e idem – *Jewish communities in portuguese late medieval cities...*, p. 66, 68, 71; e GASPAR, Jorge – *A cidade portuguesa na Idade Média...*, p. 137-138.

⁴⁵ Cf. nota 44.

antigo espaço de morada dos judeus⁴⁶. Motivo pelo qual a partir desta data passou a ser identificado por rua da Judiaria Velha⁴⁷, em oposição à nova que então se organizava e edificava, em grande medida em terrenos de propriedade da Sé, e para onde se transferiu a sinagoga, agora também aí referenciada⁴⁸. Só assim se explica que muitas das casas desse espaço, agora afecto à nova judiaria de Viseu, fossem exploradas e alvo da atenção do cabido da Sé, naturalmente atraído pela disponibilidade económica dos seus ocupantes e pela consequente perspectiva de obter um bom rendimento nas rendas a cobrar⁴⁹. Este interesse patrimonial dos cónegos no novo bairro judaico, também conhecido noutras cidades episcopais, como Braga, Lamego e Évora, não impediu que alguns hebreus mais abonados tivessem acesso à propriedade, comprando e vendendo as suas casas de habitação, como aconteceu com Isaac Franco ou com Samuel Navarro⁵⁰.

⁴⁶ 1418 (7 de Janeiro, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, m. 36, n. 50.

⁴⁷ 1421 (4 de Setembro, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, m. 48, n. 36; 1439 (16-19 de Outubro, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, m. 34, n. 44; 1444 (17 de Abril, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, m. 34, n. 06; 1461 (5 de Novembro, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, m. 23, n. 67 e m. 47, n. 35; 1480 (12 de Fevereiro, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, n. 44; 1512 (19 de Janeiro, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, m. 50, n. 81; 1527 (8 de Julho, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, m. 18, n. 09.

⁴⁸ Em 1433 (7 de Agosto, Viseu), o cabido de Viseu emprazou ao judeu Salomão *Alentrez* e a sua mulher *Bemvinda*, uma casa na Judiaria, na rua que ia para a sinagoga – ADVIS, Pergaminhos, m. 44, n. 18. E em 1453 (20 de Março, Viseu) emprazou ao judeu Abraão *Catarribas* de Celorico e a sua mulher *Lediça*, umas casas na judiaria diante da porta da sinagoga – ADVIS, Pergaminhos, m. 39, n. 15. Sobre a localização da sinagoga nesta nova judiaria, cf. ainda: 1480 (28 de Fevereiro e 7 de Março) ADVIS – Pergaminhos, m. 38, n. 50 e n. 337; 1487 (4 de Setembro) ADVIS – Pergaminhos, m. 9, n. 14.

⁴⁹ Cf. os vários emprazamentos efectuados pelo cabido da Sé nesta nova Judiaria: 1420 (12 de Dezembro) ADVIS – Pergaminhos, m. 43, n. 24; 1433 (7 de Agosto) ADVIS – Pergaminhos, m. 44, n. 18; 1438 (21 de Julho) ADVIS, Pergaminhos – m. 49, n. 12; 1439 (9 de Novembro) ADVIS – Pergaminhos, m. 43, n. 35; 1440 (26 de Janeiro) ADVIS – Pergaminhos, m. 15, n. 46; 1453 (20 de Março) ADVIS – Pergaminhos, m. 39, n. 15; 1460 (13 de Novembro) ADVIS – Pergaminhos, m. 49, n. 63; 1473 (31 de Dezembro) ADVIS – Pergaminhos, m. 32, n. 22; 1479 (18 de Fevereiro) ADVIS – Pergaminhos, m. 43, n. 46; 1480 (28 de Fevereiro e 7 de Março) ADVIS – Pergaminhos, m. 38, n. 50 e m. 00, n. 337; 1481 (31 de Outubro) ADVIS – Pergaminhos, m. 47, n. 29; 1484 (7 de Janeiro) ADVIS – Pergaminhos, m. 39, n. 12; 1487 (26 de Maio e 4 de Setembro) ADVIS – Pergaminhos, m. 44, n. 31 e m. 9, n. 14; 1489 (11 de Agosto) ADVIS – Pergaminhos, m. 42, n. 3. Na cidade episcopal de Lamego, a nova judiaria começou-se a formar em 1388 e também nela o cabido da cidade mostrou particular interesse em deter e explorar a propriedade, cf. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas..., p. 261; vejam-se ainda os casos de Braga e Évora, cf. TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal...*, p. 651.

⁵⁰ Isaac Franco, morador em Trancoso, vendeu ao judeu Samuel Navarro e a sua mulher *Aviziboa*, umas casas na judiaria, por três mil reais brancos, em 1441 (8 de Dezembro) ADVIS – Pergaminhos, m. 19, n. 79; casas estas doadas pela judia *Aviziboa* a seu filho Salomão Navarro em 1477 (15 de Abril) ADVIS – Pergaminhos, m. 19, n. 19 verso.



Fig. 10 – Rua da Judiaria Nova (actual Rua da Senhora da Piedade) © Anísio M. S. Saraiva (2009).

No entanto, importa sublinhar que a mudança da judiaria, da rua contígua à Torre dos Sinos para este novo espaço, terá sido um processo gradual, caracterizado pela progressiva ocupação por cristãos das casas até aí ocupadas por judeus⁵¹, enquanto alguns destes ainda aí permaneceram durante mais alguns anos. Lembremos os exemplos do ourives *Mordafay* ou de Jacob *Catarribas*, que os documentos do cabido referenciam, entre 1428 e 1439, como moradores na Judiaria Velha, junto das escadas traseiras da catedral e da Torre dos Sinos (depois chamada Torre do Relógio, por entretanto ter recebido esse mecanismo)⁵². Mas não só aqui registamos a morada de judeus; apesar de congregada num novo local a população hebraica espalhou-se

⁵¹ Cf. nota 47.

⁵² 1428 (20 de Outubro) ADVIS – Pergaminhos, m. 16, n. 39; 1432 (2 de Junho) ADVIS – Pergaminhos, m. 15, n. 15; 1432 (2 de Agosto) ADVIS – Pergaminhos, m. 44, n. 14 e m. 46, n. 35; 1433 (2 de Agosto) ADVIS – Pergaminhos, m. 9, n. 12; 1439 (16-19 de Outubro) ADVIS – Pergaminhos, m. 34, n. 44.

pontualmente por zonas cristãs da cidade⁵³, seja nas movimentadas e comerciais Rua das Tendas⁵⁴ e Rua da Triparia⁵⁵, aliás próximas da judiaria⁵⁶, seja nas mais afastadas Rua da Vela de S. Domingos⁵⁷ ou na Rua das Quintãs⁵⁸, onde, inclusive, existiam casas de propriedade da comuna⁵⁹.

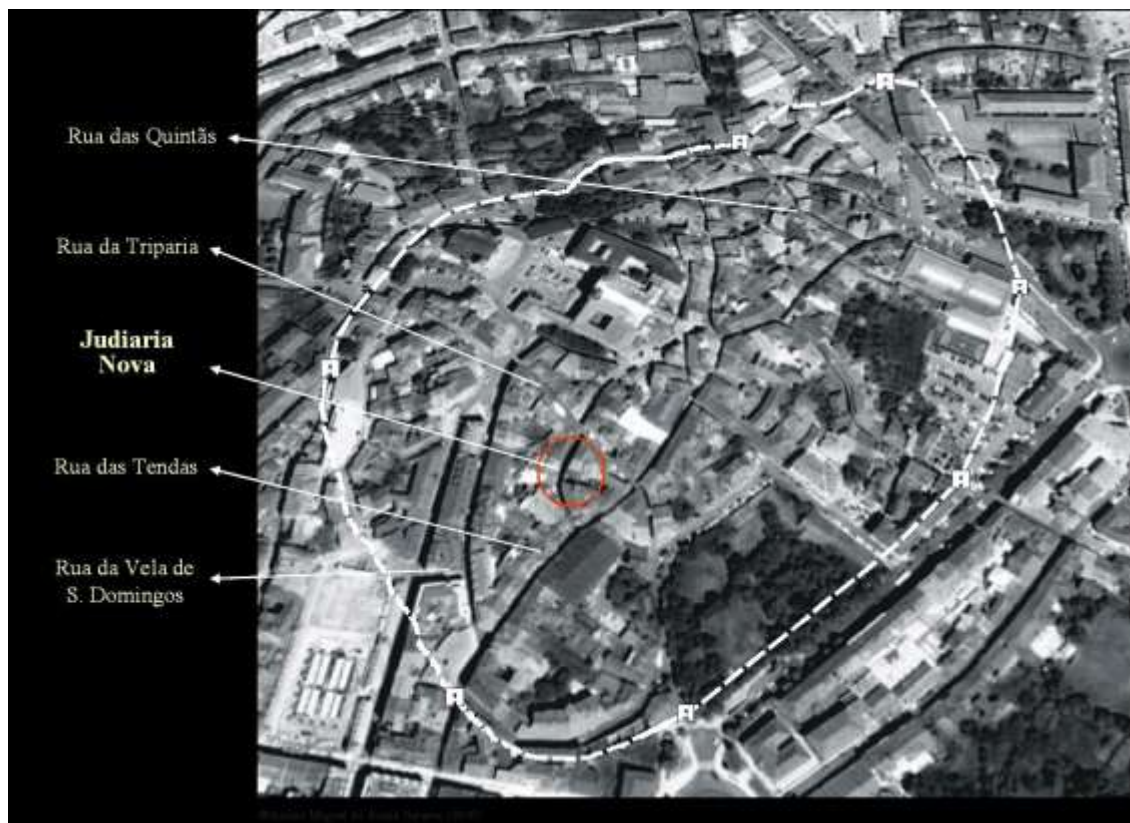


Fig. 11 – Localização de habitações judaicas, séc. XV © Anísio M. S. Saraiva (2009).

⁵³ Fenómeno comum a outras cidades e vilas portuguesas, cf. TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal...*, p. 622-623; e TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XIV*, p. 77-78.

⁵⁴ Onde os judeus Abraão *Abiol* e sua mulher *Lidiça* tinham emprazado do cabido um pardieiro ao qual renunciaram em 1429 (5 de Junho) ADVIS – Pergaminhos, m. 49, n. 17.

⁵⁵ Onde habitava Jacob *Mocate* em 1440 (8 de Dezembro) ADVIS – Pergaminhos, m. 33, n. 44.

⁵⁶ Em Braga a Judiaria Nova quatrocentista também se situava próxima da Rua da Triparia, cf. RIBEIRO, Maria do Carmo Franco – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna...*, p. 424-428.

⁵⁷ Onde Salomão *Mocatel* tinha um pardieiro em 1439 (19 de Junho) ADVIS – Pergaminhos, m. 32, n. 37.

⁵⁸ Onde o judeu *Junça* Beijudo e sua mulher *Bemvinda* emprazam um casa, da capela da Trindade, que já havia sido trazida pelos judeus Vivas sapateiro e sua mulher *Eora* Boa: 1446 (16 de Agosto) ADVIS – Pergaminhos, m. 30, n. 10; onde mestre Salomão empraza um casa do cabido da Sé em 1472 (12 de Agosto) ADVIS – Pergaminhos, m. 35, n. 17; e onde judeus possuem casas que confrontam com uma cavaliariça, em 1474 (13 de Junho) ADVIS – Pergaminhos, m. 35, n. 26.

⁵⁹ Casas estas que confrontavam com outras onde habitava Isaac *Caso* ferreiro: 1475 (16 de Março) ADVIS – Pergaminhos, m. 49, n. 11.

Pelas informações disponíveis percebemos estar perante uma comunidade judia numerosa e activa, dedicada a diferentes actividades económicas que animavam a cidade, como se depreende da variedade de ofícios mecânicos a que muitos dos seus membros se dedicavam, com particular interesse nas actividades de ferreiro⁶⁰, gibiteiro⁶¹, ourives⁶², sapateiro⁶³, tintureiro⁶⁴ e tecelão⁶⁵, em consentâneo com a não menos importante ligação ao sector agrícola, principalmente na exploração de vinhas⁶⁶, lagares e alguns olivais, também estes de propriedade da catedral e situados na área peri-urbana da cidade, sobretudo em Jagueiros⁶⁷, mas também na Arroteia⁶⁸, em Ranhados⁶⁹, na Mouta⁷⁰, em Sás⁷¹, na Alagoa⁷² e junto do rio Pavia⁷³.

Neste entrecruzar de espaços habitados e no bulício dos afazeres dos mesteres e dos trabalhos do campo, executados por cristãos e judeus, encontramos a génese do pulsar da nova cidade em que se tornou a Viseu de Quatrocentos. Porém, o quadro de coexistência pacífica que terá caracterizado o relacionamento destes dois grupos, assente na tolerância da maioria face à minoria, acabou por ganhar outros contornos ao longo do século XV como consequência do aumento da pressão segregacionista imposta

⁶⁰ Jacob Carrilho, Judas Adida, Abraão Adida e Isaac *Caso* ferreiros: 1429 (16 de Março e 15 de Novembro) ADVIS – Pergaminhos, m. 43, n. 6 e 33; 1460 (13 de Novembro) ADVIS – Pergaminhos, m. 49, n. 63; 1475 (16 de Março) ADVIS – Pergaminhos, m. 49, n. 11.

⁶¹ Judas Franco, *Sissimem* e Judas, gibiteiros: 1438 (21 de Julho) ADVIS – Pergaminhos, m. 49, n. 12; 1459 (29 de Março) ADVIS – Pergaminhos, m. 39, n. 6; 1474 (19 de Novembro) ADVIS – Pergaminhos, m. 44, n. 24.

⁶² Jacob *Mocatem* e *Mordafay*, ourives: 1420 (12 de Dezembro) e 1439 (16-19 de Outubro) ADVIS – Pergaminhos, m. 43, n. 24 e m. 34, n. 44.

⁶³ David e Vivas, sapateiros: 1440 (26 de Janeiro) e 1446 (9 de Fevereiro) ADVIS – Pergaminhos, m. 15, n. 46 e m. 30, n. 10.

⁶⁴ *Mose* Franco, tintureiro: 1443 (22 de Maio) ADVIS – Pergaminhos, m. 40, n. 31.

⁶⁵ *Mais*, tecelão: 1433 (7 de Agosto) e 1438 (20 de Outubro) ADVIS – Pergaminhos, m. 44, n. 18 e m. 48, n. 50.

⁶⁶ Tal era o peso que a cultura da vinha tinha na economia dos judeus de Viseu que existia um lugar junto da cidade chamado “vinhas dos judeus”: 1465 (4 de Dezembro) ADVIS – Pergaminhos, m. 47, n. 19. Sobre a importância do cultivo da videira entre os judeus, cf. TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XIV*, p. 111-112.

⁶⁷ 1429 (16 de Março e 15 de Novembro), 1438 (20 de Outubro), 1444 (16 de Agosto), 1459 (29 de Março) e 1474 (19 de Novembro) ADVIS – Pergaminhos, m. 43, n. 6 e 33; m. 48, n. 50; m. 48, n. 7; m. 39, n. 6; e m. 44, n. 24.

⁶⁸ 1406 (30 de Março) e 1421 (15 de Janeiro) ADVIS – Pergaminhos, m. 43, n. 32 e m. 35, n. 45b.

⁶⁹ 1410 (22 de Janeiro) ADVIS – Pergaminhos, m. 21, n. 74.

⁷⁰ 1432 (24 de Janeiro) ADVIS – Pergaminhos, m. 46, n. 14.

⁷¹ 1443 (22 de Maio) ADVIS – Pergaminhos, m. 40, n. 31.

⁷² 1452 (12 de Novembro) e 1484 (17 de Novembro) ADVIS – Pergaminhos, m. 49, n. 15 e m. 20, n. 91.

⁷³ 1420 (16 de Junho) e 1428 (15 de Maio) ADVIS – Pergaminhos, m. 48, n. 47 e m. 41, n. 32.

pela política antijudaica da época⁷⁴. Na verdade, se houve momentos em que a comuna de Viseu obteve a protecção e o patrocínio da Coroa, como aquele em que recebeu a confirmação dos seus privilégios, foros, liberdades e costumes, outorgada pelo rei



Fig. 12 – Rei D. Duarte © Anísio M. S. Saraiva (2006).

D. Duarte, em 1433⁷⁵, outros houve em que foi o alvo das queixas da maioria cristã interessada agora em reforçar a secundarização da minoria judaica no quadro sócio-económico da cidade. A reclamação mais forte foi apresentada nas cortes realizadas em Évora, em 1444. Queria o concelho de Viseu aproveitar o facto de a cidade começar finalmente a ser amuralhada para solicitar ao rei a transferência da judiaria para um lugar mais afastado dentro do perímetro do muro, de forma a evitar o grande

⁷⁴ A propósito do aumento do antijudaísmo no século XV português, cf. TAVARES, Maria José Ferro – O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo..., p. 66 e seguintes; e MORENO, Humberto Baquero – Movimentos sociais antijudaicos em Portugal no século XV. In *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de História*. Lisboa: Ed. Presença, 1985, p. 79-88.

⁷⁵ 1433 (26 de Dezembro, Almeirim) cf. *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*. Vol. 1, Tomo 1. Org. João José Alves Dias. Lisboa: CEH-UNL, 1998, p. 247, doc. 468.

inconveniente de ter o bairro judaico em pleno centro urbano⁷⁶. O infante regente D. Pedro concordou com o pedido, mas só quando a cidade estivesse efectivamente toda murada, o que ainda estava longe de ser uma realidade, razão por que a mudança da judiaria nunca se chegou a efectivar⁷⁷. Anos mais tarde, em 1460, o concelho voltaria a reclamar em cortes, de novo reunidas em Évora, pedindo para que as vendas feitas por cristãos a judeus se realizassem primeiro na Praça da cidade e não na Judiaria, porque,



Fig. 13 – Antiga Praça de Viseu (actual Praça D. Duarte) © DGEMN

em contrário, alegavam que as mercadorias quando chegavam ao mercado, depois de passarem pela rua dos judeus, já iam “çujas e dampnadas”⁷⁸. Novos sinais de crispação e antagonismo foram dados oito anos depois, em 1468, desta vez pelos procuradores de

⁷⁶ 1444 (14 de Fevereiro, Évora) ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Liv. 24, fl. 55v; este capítulo especial dado a Viseu nas cortes de Évora encontra-se publicado por COELHO, Maria Helena da Cruz – O concelho e senhorio de Viseu em Cortes. In *Actas do congresso infante D. Henrique, Viseu e os Descobrimentos*. Viseu: Câmara Municipal, 1995, p. 93 e 102. Idêntica reclamação apresentaram os procuradores de Lisboa às cortes de 1439, visando retirar as judiarias das melhores zonas da cidade, cf. VENTURA, Margarida Garcez – Contributo para uma leitura social do espaço na Lisboa quatrocentista..., p. 229-240.

⁷⁷ A propósito das vicissitudes por que passou a construção da muralha quatrocentista da Viseu, cf. SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – A cidade de Viseu no rasto da guerra...

⁷⁸ D. Afonso V determina que os mantimentos vão primeiro à praça e depois de aí estarem por uma hora sejam vendidos pela vila a quem quiserem: 1460 (8 de Dezembro, Évora) ANTT – Leitura Nova, Beira, Liv. 2, fls. 41v-42v; cf. TAVARES, Maria José – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, p. 24.

Viseu às cortes de Santarém. Queixavam-se agora de haver judeus a habitar fora da Judiaria e do facto das casas deste bairro terem portas e janelas que tanto davam serventia para a própria Judiaria como para as casas de cristãos, resultando daí grande prejuízo e dano à cidade. Por essa razão solicitaram ao monarca que ordenasse aos judeus o encerramento de todas as portas e janelas que confrontassem com propriedade cristã, pedido a que o rei D. Afonso V prontamente anuiu⁷⁹. O bairro judaico de Viseu ganharia assim a sua definitiva configuração, de espaço reservado, vedado aos olhares da cidade cristã, ao mesmo tempo que não permitia aos judeus a livre vizinhança com os demais elementos da maioria religiosa. À imagem do isolamento das casas judaicas juntava-se a do encerramento da rua da Judiaria, atestado desde 1455, através da colocação de portas em cada uma das suas extremidades, uma delas, aliás, situada na esquina da Rua da Triparia, junto a uma travessa que dava passagem para a Sé⁸⁰.



Fig. 14 – Rua da Judiaria Nova (actual Rua da Senhora da Piedade) © Anísio M. S. Saraiva (2009).

⁷⁹ ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, L. 28, fl. 51. Este capítulo de cortes encontra-se publicado por BARROS, Henrique da Gama – *Comunas de Judeus e comunas de mouros em Portugal em tempos passados. Revista Lusitana*. 34 (1936) 259-260; e referenciado por TAVARES, Maria José – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, p. 73, nota 297. Sobre o fechamento do perímetro dos bairros judaicos cf. TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal...*, p. 627-629.

⁸⁰ 1455 (20 de Outubro) e 1457 (25 de Março) ADVIS – Pergaminhos, m. 37, n. 4; m. 33, n. 7 e m. 47, n. 18.

Os tempos anunciavam assim o eminente virar de página na já longa história de coexistência entre cristãos e judeus. O fim da convivência étnica em Portugal precipitava-se em resultado da conjuntura peninsular. O assalto sangrento à Judiaria Grande de Lisboa, ocorrido em Dezembro de 1449⁸¹, pré-anunciou os ecos anti-semitas que mais tarde chegaram de Espanha, com a expulsão dos judeus da Andaluzia, a implantação da Inquisição em Castela e a consequente expulsão dos judeus, em 1492, facto que provocou sérias repercussões no equilíbrio sócio-político do nosso país⁸². Numerosos contingentes de judeus procuraram abrigo no reino português e colocaram o rei D. Manuel I perante a inevitabilidade de seguir a corrente antijudaica espanhola, mormente quando confrontado com uma imposição político-matrimonial que o levou a publicar, em 1496, o decreto da expulsão dos judeus que não aceitassem a conversão⁸³. Desde esse momento muitos foram aqueles que abandonaram o reino e muitos foram os que se subjugaram à conversão ao catolicismo.

Em Viseu cedo estas mudanças ganhariam rosto, impondo transformações na topografia da cidade e nos elos de sociabilidade nela estabelecidos, durante os dois séculos de história da presença semita. A partir de 1498, a até então Rua da Judiaria abandona esse nome, passando a chamar-se Rua Nova, tendo muitos dos seus antigos moradores sido expulsos ou alvo de conversões forçadas⁸⁴. A lembrar estes novos tempos da perseguição e da diáspora judaica ficou-nos o elucidativo testemunho de um emprazamento realizado pelo cabido da Sé, em Novembro de 1499. Nesse contrato os cônegos emprazaram a Diogo Henriques umas casas na Rua Nova que antes fora Judiaria, nas quais tinha vivido o seu pai, o judeu Josepe Rodriga, casas essas que

⁸¹ Cf. MORENO, Humberto Baquero – O assalto à Judiaria Grande de Lisboa em Dezembro de 1449. In *Marginalidade e conflitos sociais ...*, p. 89-132; e TAVARES, Maria José Ferro – Revoltas contra os judeus no Portugal medieval. *Revista de História das Ideias*. 6 (1984) 165-167.

⁸² Cf. MORENO, Humberto Baquero – Movimentos sociais antijudaicos em Portugal no século XV..., p. 84-87; idem – Reflexos na cidade do Porto da entrada dos conversos em Portugal nos fins do século XV. In *Marginalidade e conflitos sociais ...*, p. 133-160; e TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, p. 421-431.

⁸³ Cf. MAGALHÃES, Joaquim Romero de – Os cristãos-novos: da integração à segregação. In *História de Portugal*. Dir. José Mattoso, vol. 3. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 1993, p. 475-476; TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. 1, p. 431-447.

⁸⁴ Entre 1498 e 1511, encontramos em vários contratos do cabido da Sé de Viseu a referência à Rua Nova como correspondente à antiga Judiaria, cf. ADVIS – Pergaminhos, m. 00, n. 4, 58, 161, 185, 328; m. 33, n. 8, 26; e m. 35, n. 27. Sobre a inserção da Rua Nova na malha urbana da Viseu dos inícios do século XVI e a reocupação dos bairros judaicos após o decreto da expulsão, cf. CASTILHO, Líliliana Andrade – O centro histórico de Viseu..., p. 330; e ANDRADE, Amélia Aguiar – O desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses ..., p. 153-154.

confrontavam com outras habitações em que agora vivia Fernão Lopes, que em tempos se chamou Salomão Adida, e com casas de Henrique Lopes, que antes tivera o nome de



Fig. 15 – Emprazamento de umas casas na Rua Nova «que foy Judaria», a Diogo Henriques, filho de judeus, 1499 (13 de Novembro) © DGARQ / ADVIS (Pergaminhos, m. 33, n. 26).

Mosé Adida (cf. Fig. 15)⁸⁵. A alteração toponímica e onomástica bem patente no teor deste contrato converte-se em memória viva da profunda transformação por que passou a ocupação humana e territorial das nossas cidades, vilas e aldeias nestes finais de Quatrocentos. Daqui em diante, o rumo da sua história haveria de ser, irreversivelmente, outro.

⁸⁵ 1499 (13 de Novembro, Viseu) ADVIS – Pergaminhos, m. 33, n. 26. Sobre os cristãos-novos em Viseu, cf. CORDEIRO, Maria Teresa Gomes – *Adonai nos cárceres da Inquisição – os cristãos-novos de Viseu quinhentista*. Viseu: Arqueohoje/Projecto Património, 2010; idem – *Cristãos-novos, a raia e o êxodo para Castela: a entrada da Inquisição em Viseu (1637)*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, 2007.

Conclusão

Durante a Idade Média Viseu pontuou entre as demais cidades episcopais portuguesas como um espaço urbano de média dimensão, caracterizado pelo seu dinamismo económico e social, em muito potenciado pela sua localização privilegiada e pelo seu estatuto de centro eclesiástico, político e comercial. Ao carácter dinâmico, a cidade acrescentou o perfil multi-étnico da sua população, composta por cristãos mas também por judeus, de cuja presença em Viseu os primeiros testemunhos datam dos finais do século XIII, tendo como ponto de fixação o arrabalde citadino, nas imediações do principal eixo viário que ligava a cidade ao sul. Neste espaço a comunidade judaica foi-se enraizando e estabelecendo vínculos de natureza económica com o cabido da Sé, na qualidade de principal detentor da propriedade urbana da cidade, convertendo-se este num importante interlocutor no relacionamento entre a maioria cristã e a minoria judia durante todo o período medieval. A localização da comuna judaica na topografia da cidade viria a sofrer uma primeira e importante alteração nos inícios da segunda metade do século XIV, ao deslocar-se do arrabalde para o centro da urbe, sempre junto das principais vias de circulação mas agora mais perto do centro religioso, político e comercial citadino, delimitado pela Praça, pela catedral e pela Rua das Tendas. Iniciado o século XV e passadas as três décadas de guerras e destruições que deixaram a cidade praticamente em ruínas, Viseu lançou mãos a um intenso processo de reconstrução e de repovoamento do seu tecido urbano, no qual a comuna judaica também participou de forma activa. Tanto assim foi que, no seguimento deste movimento reconstrutivo impulsionado sobremaneira pelo cabido da catedral, a judiaria mudou pela segunda vez de localização, desta feita para uma rua maior, contígua à anterior e igualmente bem situada, entre a Praça e a Rua das Tendas, apenas um pouco mais afastada do perímetro da Sé e com maior possibilidade de expansão. Passou a ser neste espaço fechado em torno de si próprio que viveu a grande maioria da comunidade judaica viseense durante a centúria de Quatrocentos, até o decreto régio de 1496 sentenciar a sua expulsão. Aqui, na Judiaria Nova, a comuna viseense atingiu a sua maior expressão enquanto grupo minoritário inicialmente tolerado pela maioria cristã, mas que ao longo do século XV viu ser transformado esse padrão de coexistência e até de cooperação entre as duas comunidades num relacionamento declaradamente segregacionista, o que de todo não impediu a comunidade judaica de participar activamente na revitalização da economia e

de cooperar com o cabido da Sé no processo de reconstrução e de reanimação do tecido urbano de Viseu ao longo do século XV.

Fontes manuscritas:

Arquivo Distrital de Viseu (ADVIS)

Pergaminhos, m. 00 (n. 4, 44, 58, 161, 185, 328, 337); m. 09 (n. 12, 14); m. 15 (n. 15, 46); m. 16 (n. 39); m. 18 (n. 09, 72, 76, 109); m. 19 (n. 19 verso, 79); m. 20 (n. 91); m. 21 (n. 74); m. 22 (n. 04, 20); m. 23 (n. 49, 67); m. 25 (n. 18b); m. 26 (n. 16); m. 28 (n. 55); m. 30 (n. 10); m. 32 (n. 22, 37); m. 33 (n. 07, 08, 26, 44); m. 34 (n. 06, 44); m. 35 (n. 17, 26, 27, 45b); m. 36 (n. 50); m. 37 (n. 04); m. 38 (n. 36a, 50); m. 39 (n. 06, 12, 15); m. 40 (n. 31); m. 41 (n. 11, 32); m. 42 (n. 03); m. 43 (n. 06, 24, 32, 33, 35, 46); m. 44 (n. 14, 18, 24, 31); m. 46 (n. 14, 35); m. 47 (n. 18, 19, 29, 35); m. 48 (n. 07, 36, 47, 48, 50); m. 49 (n. 11, 12, 15, 17, 63); m. 50 (n. 31, 81).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Leitura Nova, Beira, Liv. 2.

Sé de Viseu, Documentos Régios, m. 1 (n. 23).

Fontes impressas:

Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV. Org. A. H. de Oliveira Marques, vol. 2. Lisboa: INIC-CEH/UNL, 1990.

Chancelarias Portuguesas: D. Duarte. Vol. 1, Tomo 1. Org. João José Alves Dias. Lisboa: CEH-UNL, 1998.

Chancelarias Portuguesas: D. João I. Vol. 1, T. 1. Org. João José Alves Dias. Lisboa: CEH-UNL, 2004.

Bibliografia:

ANDRADE, Amélia Aguiar – O desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa. In *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor José Marques*. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras, 2006, p. 143-163.

ANTUNES, José – Acerca da liberdade de religião na Idade Média: mouros e judeus perante um problema teológico-canónico. *Revista de História das Ideias*. 11 (1989) 63-84.

ATLAS de cidades medievais portuguesas: séculos XII-XV. Vol. 1. Lisboa: INIC, 1990.

BALLESTEROS, C. – A judiaria e a sinagoga medieval de Évora. In *Os judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*. Lisboa: Colibri, 2004, p. 191-218.

BARROS, Henrique da Gama – Comunas de Judeus e comunas de mouros em Portugal em tempos passados. *Revista Lusitana*. 34 (1936) 259-260.

BEIRANTE, Maria Ângela – As mancebias nas cidades medievais portuguesas. In *O ar da cidade: ensaios de história medieval e moderna*. Lisboa: Ed. Colibri, 2008, p. 7-24.

BEIRANTE, Maria Ângela – Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora. In *O ar da cidade. Ensaios de História Medieval e Moderna*. Lisboa: Ed. Colibri, 2008, p. 182-183.

BEIRANTE, Maria Ângela – *Évora na Idade Média*. Lisboa: FCG/JNICT, 1995.

CASTILHO, Liliana Andrade – O centro histórico de Viseu. *Beira Alta*. 63-3/4 (2004) 330-336.

CHORÃO, J. – Islão e cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa. In *História Religiosa de Portugal*. Vol. 1: *Formação e Limites da Cristandade*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 102-116.

COELHO, Maria Helena da Cruz – O concelho e senhorio de Viseu em Cortes. In *Actas do congresso infante D. Henrique, Viseu e os Descobrimentos*. Viseu: Câmara Municipal, 1995, p. 93 e 102.

CORDEIRO, Maria Teresa Gomes – *Adonai nos cárceres da Inquisição – os cristãos-novos de Viseu quinhentista*. Viseu: Arqueohoje/Projecto Património, 2010.

CORDEIRO, Maria Teresa Gomes – *Cristãos-novos, a raia e o êxodo para Castela: a entrada da Inquisição em Viseu (1637)*. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos, 2007.

DIAS, Geraldo Coelho – Presença de judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade. In *Os reinos ibéricos na Idade Média*. Vol. 1. Porto: Livraria Civilização, 2003, p. 424-440.

GASPAR, Jorge – A cidade portuguesa na Idade Média: aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional. In *La ciudad hispanica durante los siglos XIII al XVI*. Actas do colóquio. Madrid: Universidad Complutense, 1982, p. 134-136.

GOMES, Rita Costa – Um microcosmos citadino: a judiaria medieval da Guarda. In *Guarda, história e cultura judaica*. Guarda: Museu, 2000.

GOMES, Saul – *A comuna judaica de Leiria das origens à expulsão: introdução ao seu estudo histórico e documental*. Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas «Alberto Benveniste», 2010.

GOMES, Saul – *A comunidade judaica de Coimbra medieval*. Coimbra: INATEL, 2003.

GOMES, Saul – A mouraria de Leiria: problemas sobre a presença moura no centro do país. *Estudos Orientais*. 2 (1991) 155-177.

GOMES, Saul – Ser-se judeu na Coimbra medieval. In *Minorias étnicas e religiosas em Portugal: história e actividade*. Actas do Curso de Inverno. Coimbra: [s.n.], 2003, p. 61-82.

GONÇALVES, Iria – Para o estudo da área de influência do Porto nos fins do século XIV. In *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, p. 139-152.

IZQUIERDO BENITO, Ricardo – Los conflictos sócio-religiosos en las ciudades medievales castellanas. In *La convivencia en las ciudades medievales*. Nájera. Encuentros Internacionales del Medievo 2007. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2008, p. 84-100.

LÓPEZ BELTRÁN, María Teresa – *La prostitución en el reino de Granada a finales de la Edad Media*. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación, 2003.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de – Os cristãos-novos: da integração à segregação. In *História de Portugal*. Dir. José Mattoso, vol. 3. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 1993, p. 475-476.

MARQUES, A. H. de Oliveira – A constituição de um condado. In *Nova História de Portugal*. Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 3: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325)*. Coord. Maria Helena Coelho e Armando Carvalho Homem. Lisboa: Ed. Presença, 1996, p. 11-23.

MARQUES, A. H. de Oliveira – Introdução à história da cidade medieval portuguesa. In *Novos ensaios de história medieval portuguesa*. Lisboa: Presença, 1988, p. 13-42.

MARQUES, A. H. de Oliveira – O surto urbano, a moeda e os preços. In *Nova História de Portugal*. Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. IV: *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987, p. 187-190.

MARQUES, José – A contenda do cabido com os judeus de Braga, na segunda metade do século XV. *Revista Altitude*. 4 (1981) 29-32.

MARQUES, José – As judiarias de Braga e de Guimarães no século XV. In *Xudeus e Conversos na Historia*. Congreso Internacional, Ribadavia, 1991. Vol. 2. Santiago de Compostela: Editorial de la Historia, 1994, p. 351-363.

MATTOSO, José – Dois séculos de vicissitudes políticas. In *História de Portugal*. Dir. José Mattoso. Vol. 2: *A monarquia feudal (1096-1480)*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 1992, p. 23-64.

MATTOSO, José – Os concelhos. In *História de Portugal*. Vol. II: *A monarquia feudal (1096-1480)*. Dir. José Mattoso. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 1992, p. 207-211.

MOLINA MOLINA, Ángel Luis – La prostitución en la Castilla bajomedieval. *Clio & Crimen*. 5 (2008) 138-150.

MOLINA MOLINA, Ángel Luis – *Mujeres públicas, mujeres secretas: la prostitución y su mundo (siglos XIII-XVII)*. Murcia: Editorial KR, 1998.

MONTEIRO, Isabel – A judiaria de Viseu. *Monumentos*. 13 (2000) 57-61.

MONTEIRO, Isabel – *Os judeus na região de Viseu*. Viseu: RTDL, 1997.

MONTEIRO, Isabel – Viseu a identidade histórica: o próximo como o “outro”. *WISEU.M*. 1 (2008) 142-163.

MORENO, Humberto Baquero – Movimentos sociais antijudaicos em Portugal no século XV. In *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de História*. Lisboa: Ed. Presença, 1985, p. 79-88.

MORENO, Humberto Baquero – Reflexos na cidade do Porto da entrada dos conversos em Portugal nos fins do século XV. In *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de História*. Lisboa: Ed. Presença, 1985, p. 133-160.

MOUTA, J. Henriques – Panorâmica e dinâmica de Viseu medieval. I: Toponímia. *Beira Alta*. 27-2 (1968) 281-300.

NERY, António de Seixas – *O cabido de Viseu nos inícios da Idade Moderna, senhorio e rendas (1400-1500)*. Porto: FLUP, 1996 (Tese de Mestrado).

RIBEIRO, Maria do Carmo Franco – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Braga: Universidade do Minho, 2008 (Tese de Doutoramento).

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – A cidade de Viseu no rasto da guerra: dos conflitos fernandinos à paz definitiva com Castela. In *A Guerra e a Sociedade na Idade Média*. Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais (2008). Vol. 1. [Torres Novas]: SPEM, 2009, p. 323-358.

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – A inserção urbana das catedrais medievais portuguesas: o caso da catedral de Lamego. In *Catedral y ciudad medieval en la Península Ibérica*. Eds. Eduardo Carrero y Daniel Rico. Murcia: Nausícaã, 2004, p. 243-245.

TAVARES, Maria José Ferro – O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo. In *História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Coord. Ana Maria Jorge e Ana Maria Rodrigues. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, p. 53-54.

TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XIV*. Lisboa: Guimarães Ed., 1979.

TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*. 2 vols. Lisboa: UNL-INIC, 1982-1984.

TAVARES, Maria José Ferro – Os judeus na Beira Interior. In *Guarda, história e cultura judaica*. Guarda: Museu, 2000.

TAVARES, Maria José Ferro – Pobres, minorias e marginais: localização no espaço urbano. In *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*. Vol. 1. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, p. 141-153.

TAVARES, Maria José Ferro – Revoltas contra os judeus no Portugal medieval. *Revista de História das Ideias*. 6 (1984) 165-167.

TRINDADE, Luísa – Jewish communities in portuguese late medieval cities: space and identity. In *Religion, ritual and mythology: aspects of identity formation in Europe*. Pisa: University Press, 2006, p. 68-73.

TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: FLUC, 2009 (Tese de Doutoramento).

VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.

VENTURA, Margarida Garcez – Contributo para uma leitura social do espaço na Lisboa quatrocentista: o debate sobre a localização das judiarias. *Revista Portuguesa de História*. 36-1 (2002/2003) 229-240.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

Referência electrónica:

SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa – “Metamorfoses da Cidade. Coexistência e cooperação entre a comunidade judaica de Viseu e a Catedral na Idade Média”.

Medievalista [Em linha]. Nº11, (Janeiro - Junho 2012). [Consultado dd.mm.aaaa].

Disponível em

<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA11/anisio1106.html>.

ISSN 1646-740X.

